

# SUMÁRIO

-----

## PREFÁCIOS

O NOVO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO .....	21
COLABORAÇÃO (DELAÇÃO) PREMIADA .....	25
ESTUDOS SOBRE A REFORMA DA LEI DE ARBITRAGEM .....	27
PENSADORES DA LIBERDADE - VOLUME 3 .....	29

## PARTE 1 DIREITOS FUNDAMENTAIS

1	25 ANOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL – UMA HISTÓRIA DE CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS .....	33
1.	Introdução .....	33
2.	O projeto político e social da Constituição de 1988 .....	36
2.1.	A disciplina dos direitos fundamentais .....	37
2.2.	O Supremo pós-Constituição de 1988 .....	40
3.	Interpretação constitucional .....	44
4.	Os direitos fundamentais na visão do Supremo .....	49
4.1.	Liberdades fundamentais .....	50
4.2.	Dignidade da pessoa humana .....	59
4.3.	Garantias fundamentais em matéria penal .....	63
4.4.	Igualdade .....	68
4.5.	Segurança jurídica .....	73
4.6.	Garantias fundamentais processuais .....	78
4.7.	Direitos sociais e econômicos .....	83
4.8.	Proteção ao meio ambiente .....	85
5.	Conclusão .....	87

<b>2</b>	<b>SAÚDE SUPLEMENTAR, SEGURANÇA JURÍDICA E EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO</b> _ _ _ _ _	<b>89</b>
1.	Introdução: o papel relevante do setor de saúde suplementar na quadra atual . . . . .	89
2.	Segurança jurídica na saúde suplementar . . . . .	92
3.	Equilíbrio econômico-financeiro na saúde suplementar . . . . .	99
4.	Conclusões . . . . .	102
<b>3</b>	<b>AS RESERVAS LEGAIS FLORESTAIS E O DIREITO DE PROPRIEDADE</b> _	<b>103</b>
1.	Introdução . . . . .	103
2.	O direito-dever fundamental ao meio ambiente equilibrado . . . . .	104
3.	Conceito e evolução legislativa da reserva legal florestal . . . . .	106
4.	Constitucionalidade da reserva legal florestal. . . . .	111
5.	Conciliação entre propriedade e proteção ao meio ambiente: existe um direito à indenização? . . . . .	113
6.	Conclusão . . . . .	122
<b>4</b>	<b>A FORÇA NORMATIVA DO PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO NO DIREITO CONSTITUCIONAL DO TRABALHO</b> _ _ _ _ _	<b>123</b>
1.	Introdução . . . . .	123
2.	O constitucionalismo contemporâneo e a centralidade dos direitos fundamentais. . . . .	125
3.	O Pós-Positivismo e a força normativa dos princípios . . . . .	129
4.	A distinção entre regras e princípios, a ponderação, a proporcionalidade e a concordância prática . . . . .	131
5.	O princípio da proteção no Direito Constitucional do Trabalho . . . . .	135
6.	Conclusão . . . . .	141
<b>5</b>	<b>A VAQUEJADA, A INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL E O DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE</b> _ _ _ _ _	<b>143</b>
1.	Introdução . . . . .	143
2.	Os direitos fundamentais na Carta da República . . . . .	144
3.	O direito-dever fundamental ao meio ambiente equilibrado . . . . .	147
4.	Interpretação constitucional. . . . .	149
5.	O direito fundamental ao meio ambiente equilibrado na jurisprudência do STF. . . . .	153
6.	A inconstitucionalidade da “vaquejada” . . . . .	155
7.	Conclusão . . . . .	158

<b>6</b>	<b>A SEGURANÇA JURÍDICA E O SUPREMO: UMA ANÁLISE A PARTIR DE PRECEDENTES EM MATÉRIA ELEITORAL E TRIBUTÁRIA</b> _____	<b>161</b>
1.	Introdução .....	161
2.	Segurança jurídica em matéria eleitoral e tributária .....	162
3.	Conclusão .....	167

**PARTE 2**  
**DIREITO ELEITORAL E DEMOCRACIA**

<b>7</b>	<b>FICHA-LIMPA E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – NOTAS SOBRE O JULGAMENTO DAS ADCS Nº 29 E 30 DA ADI Nº 4.578</b> _____	<b>171</b>
1.	Introdução .....	171
2.	Objeto .....	172
3.	Análise das inelegibilidades .....	178
4.	Ficha-limpa e irretroatividade.....	184
5.	Conclusão .....	185
<b>8</b>	<b>A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E A INCONSTITUCIONALIDADE DO FINANCIAMENTO PRIVADO DAS CAMPANHAS ELEITORAIS POR PESSOAS JURÍDICAS</b> _____	<b>187</b>
1.	Introdução .....	187
2.	O que é democracia?.....	188
3.	Democracia representativa e o direito fundamental a um processo eleitoral justo e igualitário.....	193
4.	A nefasta influência do dinheiro nas eleições em prejuízo da democracia representativa .....	195
5.	A inconstitucionalidade do financiamento das campanhas pelas pessoas jurídicas no Brasil .....	199
<b>9</b>	<b>A TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES PÚBLICAS E AS NOVAS TECNOLOGIAS COMO MEIO DE FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA</b> _____	<b>201</b>
1.	Introdução .....	201
2.	O que é democracia?.....	203
3.	Democracia participativa, controle social sobre as decisões públicas e a importância do direito fundamental à informação .....	208
4.	Vivemos uma “democracia digital”? .....	211
5.	Conclusão .....	214

**PARTE 3**  
**CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE**

16	<p><b>10 CINCO ANOS DE REPERCUSSÃO GERAL: REFLEXÕES NECESSÁRIAS _ 217</b></p> <p>1. Introdução ..... 217</p> <p>2. Procedimento relacionado à primeira fase do julgamento..... 218</p> <p>3. Repercussão geral e sobrestamento de processos..... 222</p> <p>4. A observância do precedente ..... 225</p> <p><b>11 A EFICÁCIA DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO _ _ _ _ _ 229</b></p> <p>1. Introdução ..... 229</p> <p>2. O cenário pós-Constituição de 1988..... 229</p> <p>3. A Jurisprudência do STF..... 230</p> <p>4. Considerações finais ..... 234</p> <p><b>12 CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DO PROCESSO LEGISLATIVO ANTE OS PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICO E DA SEPARAÇÃO DE PODERES_ _ 237</b></p> <p>1. Introdução ..... 237</p> <p>2. O princípio estruturante da separação de poderes ..... 239</p> <p>3. A jurisprudência do Supremo quanto ao controle de constitucionalidade do processo legislativo ..... 242</p> <p>4. A impossibilidade do controle de constitucionalidade do conteúdo dos projetos de lei ante o princípio da separação de poderes..... 250</p> <p>5. O Supremo deve aceitar o diálogo com o Congresso Nacional ..... 252</p> <p>6. Conclusões ..... 256</p> <p><b>13 JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL _ _ _ _ _ 259</b></p> <p>1. Introdução ..... 259</p> <p>2. Pressupostos intrínsecos ..... 260</p> <p>2.1. Cabimento ..... 260</p> <p>2.1.1. Legitimidade recursal ..... 260</p> <p>2.1.2. Interesse recursal ..... 261</p> <p>2.1.3. Inexistência de fato extintivo do direito de recorrer ..... 261</p> <p>2.2. Pressupostos extrínsecos..... 262</p>
----	--

2.2.1.	Oportunidade .....	262
2.2.2.	Preparo .....	263
2.2.3.	Regularidade formal .....	264
3.	Jurisprudência defensiva .....	265
4.	Pressupostos especiais .....	266
4.1.	Decisão de única ou última instância.....	266
4.2.	Prequestionamento.....	266
4.3.	Repercussão geral .....	268
4.3.1.	Contextualização .....	268
4.3.2.	Repercussão geral: aspectos legislativos, doutrinários e jurisprudenciais .....	269
5.	Conclusão.....	272
14	<b>A RECLAMAÇÃO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 E A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO</b> -----	<b>275</b>
1.	Introdução .....	275
2.	A reclamação na jurisprudência do Supremo antes do Código de Processo Civil de 2015.....	276
3.	Síntese da disciplina da reclamação de acordo com a Lei nº 13.105/2015 .....	278
4.	A reclamação e a jurisprudência do Supremo após o novo Código: duas questões relevantes .....	279
5.	Conclusão.....	283
15	<b>SUPREMO E POLÍTICAS PÚBLICAS: ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS E DEMOCRACIA</b> -----	<b>285</b>
1.	Introdução .....	285
2.	A aplicabilidade das normas constitucionais segundo José Afonso da Silva.....	286
3.	O dever de tutela do mínimo existencial .....	289
4.	A objeção da reserva do possível .....	294
5.	A objeção das capacidades institucionais.....	296
6.	O Supremo e as políticas públicas.....	297
6.1.	O caso do fornecimento dos medicamentos de alto custo.....	297
6.2.	O caso do sistema carcerário nacional.....	303
7.	Conclusão.....	310

<b>16</b>	<b>A MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO: ANÁLISE E CRÍTICA AO INSTITUTO</b> _____	<b>313</b>
<b>1.</b>	Introdução .....	313
<b>2.</b>	A modulação dos efeitos da decisão e a jurisprudência do Supremo ...	314
<b>3.</b>	Conclusão .....	323
<b>17</b>	<b>A INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PELO SUPREMO NOS 30 ANOS DE VIGÊNCIA DA CARTA DE 1988: A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E A INFLUÊNCIA DO JUDICIÁRIO NA CULTURA BRASILEIRA RECENTE</b> _____	<b>325</b>
<b>1.</b>	Introdução .....	325
<b>2.</b>	O espírito da Carta de 1988: a consagração dos direitos fundamentais ...	326
<b>3.</b>	O Judiciário na determinação da juridicidade de uma cultura.....	329
<b>4.</b>	Conclusão .....	331

**PARTE 4  
DIREITO PENAL**

<b>18</b>	<b>O SUPREMO E O SISTEMA CARCERÁRIO NACIONAL</b> _____	<b>335</b>
<b>1.</b>	Introdução .....	335
<b>2.</b>	O sistema prisional brasileiro e a agenda do Supremo.....	336
<b>3.</b>	A situação vexaminosa do sistema penitenciário brasileiro .....	339
<b>4.</b>	A violação de diversos direitos fundamentais e o aumento da criminalidade .....	341
<b>5.</b>	A responsabilidade do Poder Público .....	342
<b>6.</b>	O possível papel do Supremo.....	344
<b>7.</b>	Conclusão .....	351
<b>19</b>	<b>GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E COMBATE À CORRUPÇÃO NO BRASIL: O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE NÃO CULPABILIDADE</b> _____	<b>353</b>
<b>1.</b>	Introdução .....	353
<b>2.</b>	O princípio da presunção de não culpabilidade.....	354
<b>3.</b>	A jurisprudência do Supremo desde a Constituição de 1988 até o julgamento do <i>habeas corpus</i> nº 84.078.....	357
<b>4.</b>	O julgamento do <i>habeas corpus</i> nº 126.292 e as ações declaratórias de constitucionalidade nº 43 e nº 44 .....	363
<b>5.</b>	Conclusão .....	369

**PARTE 5**  
**DIREITO ADMINISTRATIVO**

<b>20</b>	<b>O COMÉRCIO DE PRODUTOS DE CONVENIÊNCIA POR DROGARIAS _ _</b>	<b>373</b>
1.	Introdução .....	373
2.	Da ausência de inconstitucionalidade formal: a competência dos estados e do Distrito Federal para legislar sobre a matéria .....	376
3.	Da ausência de inconstitucionalidade material: a restrição desproporcional às atividades econômicas das farmácias e drogarias pretendida pela Procuradoria Geral da República .....	379
4.	Conclusão .....	381

**PARTE 6**  
**DIREITO TRIBUTÁRIO**

<b>21</b>	<b>INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL E CONTROVÉRSIAS TRIBUTÁRIAS</b>	<b>385</b>
1.	Introdução .....	385
2.	A Interpretação Constitucional .....	386
3.	A Interpretação do Sistema Constitucional Tributário .....	389
4.	Regras de Competência Tributária .....	391
4.1.	ISS e serviços de locação .....	392
4.2.	Contribuição previdenciária e folha de salários .....	393
4.3.	Cofins e conceito de faturamento .....	395
5.	Princípios Constitucionais Tributários .....	397
5.1.	Anterioridade tributária .....	398
5.2.	Princípio da Capacidade Contributiva .....	400
6.	Imunidades Tributárias .....	402
6.1.	O alcance da imunidade recíproca às empresas públicas .....	403
6.2.	Imunidade dos templos de qualquer culto .....	404
6.3.	A imunidade dos livros, jornais e periódicos e o possível alcance aos chamados "livros eletrônicos" .....	406
7.	Conclusão .....	407
<b>22</b>	<b>QUESTÕES JURÍDICAS NA ERA DIGITAL – O SUPREMO E A CONTROVERTIDA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DO “LIVRO ELETRÔNICO” _ _ _ _ _</b>	<b>409</b>
1.	Introdução .....	409
2.	O “ambiente” do debate .....	411

3.	As balizas da controvérsia .....	413
4.	A realidade digital e os meios de ensino e informação.....	413
5.	As funções políticas e sociais das imunidades tributárias sob a óptica do Supremo .....	415
6.	A imunidade dos livros, jornais e periódicos na visão do Supremo ....	420
7.	A interpretação do artigo 150, inciso VI, alínea “d”, da Carta, ante a revolução da “era digital” – a imunidade do chamado “livro eletrônico” .....	425
8.	Conclusão .....	430
<b>23</b>	<b>INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL E CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL</b> .....	<b>433</b>
1.	Introdução .....	433
2.	A Interpretação Constitucional .....	434
3.	A Interpretação do Sistema Constitucional Tributário e dos Direitos Sociais .....	437
4.	Regras de Competência Tributária .....	443
5.	Direito sociais.....	448
6.	Conclusão .....	453

**PARTE 7**  
**DISCURSOS, PALESTRAS E HOMENAGENS**

DISCURSO DE POSSE NA PRESIDÊNCIA DO TSE .....	457
DISCURSO PARA A POSSE DO MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI NA PRESIDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – 10 DE SETEMBRO DE 2014 .....	461
DISCURSO DOS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: UMA HISTÓRIA DE SUCESSO .....	465
PALESTRA – O PAPEL DO DIREITO NOS DESAFIOS GLOBAIS .....	471
PALESTRA – CIDADANIA NUM MUNDO EM TRANSIÇÃO – ENTRE MEDOS E A ESPERANÇA DEMOCRÁTICA .....	481
HOMENAGEM DA ASSESSORIA 2013/2015 UM TRIBUTO À INTEGRIDADE JUDICIAL: 25 ANOS DO MINISTRO MARCO AURÉLIO NO STF .....	487